



## A ESCOLA COMO ESPAÇO DA (IN) DIFERENÇA? PRIMEIROS OLHARES A PARTIR DA RAÇA, GÊNERO E DEFICIÊNCIA

*¿LA ESCUELA COMO ESPACIO DE (IN) DIFERENCIA PRIMEROS ASPECTOS DE RAZA, GÉNERO Y DISCAPACIDAD*

*SCHOOL AS A SPACE OF (IN) DIFFERENCE? FIRST LOOKS FROM RACE, GENDER AND DISABILITY*

Simone Teixeira BARRIOS<sup>1</sup>  
Georgina Helena Lima NUNES<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo, fazer uma discussão com alguns/mas autores/as que trabalham com as categorias de gênero, raça e deficiência, de forma a refletir sobre a escola enquanto possibilidade de concretizar-se como espaço de respeito às diferenças. Sob esse direcionamento, o trabalho se remete a uma proposta de pesquisa acadêmica em construção, cuja presença da mulher negra com deficiência na escola ao ser campo de estudo, possa favorecer práxis sociais que possibilitem refazer percursos que se oponham àqueles que sustentam a colonização das mentes e de corpos fora do padrão hegemônico. O texto apresentado traz uma análise interseccionada dos demarcadores de gênero, raça, deficiência e também de geração. Neste sentido, procura-se compreender como as opressões interseccionadas podem ser observadas de modo a engendrar sentimentos de acolhimento, contrários,

<sup>1</sup> Mestre em Educação; UFPEL/ Brasil. [simonetbarrios@gmail.com](mailto:simonetbarrios@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em educação; UFPEL/Brasil. [geohelena@yahoo.com.br](mailto:geohelena@yahoo.com.br)

portanto, aos de preconceitos e discriminações de qualquer natureza. Sabemos que, a escola e a sociedade, estão sustentadas em uma perspectiva hegemônica que confere “normalidade” e “poder” àqueles/as representados/as pela masculinidade, supremacia branca e hierarquias sócio-econômicas. Tal concepção aponta a memória e a história da civilização sob a égide do colonizador ou de uma colonização que se perpetua sob a forma de colonialidade<sup>3</sup>. Defendemos<sup>4</sup> nessa escrita, que a escola pode ser um espaço fundamental e transformador de relações sociais pautadas em intolerâncias, por isso, violentas. Cabe ressaltar, que a problematização proposta decorre de uma experiência concreta que irá balizar uma investigação de doutoramento, com isso, abre-se a oportunidade de dialogar com a literatura existente e anunciar outras possibilidades de compreensão e mudança no que diz respeito às atitudes políticas, pedagógicas e epistêmicas que se contrapõem ao machismo, capacitismo e racismo.

**Palavras-chave:** Gênero; Raça; Deficiência; Escola; Interseccionalidade

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir con algunos autores que trabajan con las categorías de género, raza y discapacidad, con el fin de reflexionar sobre la escuela como posibilidad de materializarse como un espacio de respeto a las diferencias. Bajo esta dirección, el trabajo se refiere a una propuesta de investigación académica en construcción, cuya presencia de mujeres negras con discapacidad en la escuela, como campo de estudio, puede favorecer praxis sociales que posibiliten

<sup>3</sup> QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

<sup>4</sup> Defendemos que a escola pode ser um espaço transformador e parceira contra qualquer tipo de preconceito.

desandar caminos que se oponen a aquellos que sustentan la colonización de mentes y cuerpos fuera del patrón hegemónico. El texto presentado trae un análisis interseccional de los demarcadores de género, raza, discapacidad y también de generación. En ese sentido, buscamos comprender cómo las opresiones interseccionadas pueden ser observadas para engendrar sentimientos de aceptación, contrarios, por tanto, a prejuicios y discriminaciones de cualquier naturaleza. Sabemos que la escuela y la sociedad se sustentan en una perspectiva hegemónica que otorga “normalidad” y “poder” a los representados por la masculinidad, la supremacía blanca y las jerarquías socioeconómicas. Tal concepción apunta a la memoria y la historia de la civilización bajo la égida del colonizador o de una colonización que se perpetúa en forma de colonialidad<sup>5</sup>. Apostamos, en este escrito, a que la escuela puede ser un espacio fundamental y transformador de relaciones sociales basadas en la intolerancia, por tanto, violenta. Cabe señalar que la problematización propuesta parte de una experiencia concreta que orientará una investigación doctoral, abriendo así la oportunidad de dialogar con la literatura existente y anunciar otras posibilidades de comprensión y cambio en lo que se refiere a las actitudes políticas, pedagógicas y epistémicas que son opuesto al machismo, el capacitismo y el racismo.

**Palabras clave:** Género; Raza; Deficiencia; interseccionalidad

### ABSTRACT

This article aims to discuss with some authors who work with the categories of gender, race and disability, with the aim of reflecting on the school as a possibility of materializing itself as a space of respect for the differences. Under this direction, the work refers

---

<sup>5</sup> QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocetrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

to a proposal for academic research in construction, whose presence of black women with disabilities in the school, as a field of study, can favor social praxis that make it possible to derail paths that oppose those that support colonization of minds and bodies was the hegemonic boss. The presented text presents an intersectional analysis of the demarcators of gender, race, disability and also generation. In this sense, we seek to understand how the intersected oppressions can be observed to engender feelings of acceptance, contrary, therefore, to prejudices and discrimination of any nature. We know that the school and society are supported by a hegemonic perspective that grants “normality” and “power” to those represented by masculinity, White supremacy and socio-economic hierarchy. Such a conception points to thememory and the history of the Civilization under the aegis of the colonizer of a colonization that is perpetuated in the form of coloniality<sup>6</sup>. In this writing, we believe that the school can be a fundamental and transforming space for social relations based on intolerance, which is therefore violent. It is worth nothing that the problematization proposes part of a concrete experience that will guide a doctoral investigation, thus opening the opportunity to dialogue with the existing literature and to announce other possibilities of understanding and change in what refers to the political, pedagogical and epistemic attitudes that are I oppose sexism, ableism and racism.

**Keywords:** “Gender”; “Race”; “Deficiency”; “School”; “intersectionality”

---

<sup>6</sup> QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

## 1. Introdução

Este texto é um estudo bibliográfico<sup>7</sup> preliminar que está sendo realizado de modo a dar suporte à construção da proposta de tese do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Esta tese tem por objetivo compreender como se constrói, a partir da história de vida de uma mulher negra com deficiência, o seu processo de escolarização tendo como perspectiva um olhar específico às docências envolvidas em virtude de a tese fazer parte da Linha de Formação de Professores/as. Este estudo é inspirado em um encontro ocorrido em 2012, com uma jovem estudante de uma escola de Ensino Médio Profissionalizante, na cidade de Pelotas que venho a conviver quase diariamente até o ano de 2019. Esta jovem, negra e com deficiência, com diagnósticos de Transtorno do Déficit de Atenção, Dislexia, Bipolaridade e Deficiência Intelectual, precisava “ser alguém na vida”, como fazia questão de dizer.

Para esta reflexão, momentaneamente, alguns autores/as foram escolhidos/as para elucidar melhor o tema a que se propõe está escrita: a escola como um espaço e uma possibilidade de acolhida da diferença através da presença da mulher negra com deficiência, ou seja, uma educação que compreenda a diferença humana como construtora de sapiências, resistências, autoconhecimento e de múltiplas condições de ser e estar no mundo. Os dados da diferença que trago para esta escrita se refere às categorias de gênero, raça e deficiência, resultante dos encontros com essa aluna que, ao longo da minha trajetória profissional, desafiou-me a levar para o campo da investigação científica, a complexidade presente em sua história de vida que abarca tantas outras histórias.

A reflexão das categorias de análise que se fazem presentes no desenvolvimento do texto foi feita por meio da revisitação às leituras sobre - gênero, raça, deficiência, escola, diferença e interseccionalidade, sendo considerados/as os/as seguintes

---

<sup>7</sup> A pesquisa bibliográfica é “uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p.1).

autores/as: Homi Bhabha<sup>8</sup>, Lélia Gonzales<sup>9</sup>, Bell Hooks<sup>10</sup>, Frantz Fanon<sup>11</sup>, Paulo Freire<sup>12</sup>, Kimberle Crenshaw<sup>13</sup>, Nilma Gomes<sup>14</sup>, Patricia Collins<sup>15</sup>, Palacios e Romañach<sup>16</sup>, Quijano<sup>17</sup> e Peter Maclaren<sup>18</sup>. Estas autorias sugerem a relevância em relação à escuta das vozes de grupos historicamente silenciados no interior da escola. Neste artigo, emergem algumas questões que não se pretende esgotar neste momento, mas que interrogam, a partir de algumas teorias e, subliminarmente, das práticas no campo de uma educação que contemple a diferença e, nesse caso, a

<sup>8</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001,2005.

<sup>9</sup> GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

<sup>10</sup> HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. A pedagogia negra e feminista de Bell hooks. In: *Geledes.org.br*, 12-03-2019,s/p. Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-pedagogia-negra-e-feminista-de-bell-hooks/>. Divulgação/ Fundação Rosa Luxemburgo. Acesso em 17/07/2021.

<sup>11</sup> FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008,1973.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968,2009,2015.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Malhas que os Impérios tecem*. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Ed. Lugar da História. Portugal. 2011, p. 273-283.

<sup>12</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

<sup>13</sup> CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, And Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43(6), 1991, p. 1241–99.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

<sup>14</sup> GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67-89.

GOMES, Nilmalino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: m olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Em foco: Desigualdades raciais na escola. Educa. Pesqui*, 29(1). Junho de 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

<sup>15</sup> COLLINS, Patricia Hill. Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>16</sup> PALACIOS, A., ROMANACH, J. El Modelo de La Diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzarla plena dignidad em La diversidad funcional. *Espana: Ediciones Diversitas*, 2006.

<sup>17</sup> QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005,2010.

<sup>18</sup> MCLAREN, PETER. *Multiculturalismo Crítico*. 3.ed. S. Paulo. Ed. Cortez, 2000.

experiência vivenciada enquanto docente e a ser aprofundada enquanto pesquisadora. Nesse sentido, optou-se em seguir o pensamento que nos ajuda a compreender melhor também a importância da diferença, neste caso da cultura escolar, compreendendo que a diversidade cultural é [...] “um objeto do conhecimento epistemológico” e, desse modo, [...] “a diferença é citada e mostrada em suas variadas particularidades, como categoria da ética, da estética e da etnologia comparativas”<sup>19</sup>. Assim, [...] “a diferença cultural emerge no processo de enunciação da cultura do outro, nesse caso o lugar do enunciado [...] atravessado pela “difference”, [...] a diferença cultural estará ligada a estrutura mesma da representação simbólica”<sup>20</sup>. Em outras palavras, pode-se compreender que [...] “o trabalho teórico vai se dar no campo da diferença cultural e não da diversidade cultural”<sup>21</sup>.

Ao se relacionar a diferença como desígnio na busca pela igualdade, encontra-se na obra “Ciladas das Diferenças”, do professor Antonio Flavio Pierucci<sup>22</sup>, a tensão entre a igualdade e a diferença:

É o chamado "direito à diferença", o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. The right to be different! Como se diz em inglês, o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos, motiva-nos muito mais, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros <sup>23</sup>.

À frente dessa perspectiva, torna-se um desafio à escola, porque na busca pela igualdade se pode cair na armadilha da invisibilização das diferenças. Defende-se que a diferença possa assumir outro olhar que venha contrariar a falsa uniformização que se pretende detentora no ambiente escolar. Diante dessas reflexões e considerando as categorias de raça, gênero e deficiência, surgem alguns questionamentos: Como a escola conseguirá concretizar-se enquanto espaço de respeito às diferenças, antirracista, anticapacitista, comparecimento nas lutas sociais e pedagogias sugeridas, frente à presença da mulher negra e com deficiência? Ou a escola será um espaço indiferente frente a essas diferenças?

<sup>19</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p (63).

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>22</sup> PIERUCCI, Antonio Flavio. *Ciladas da diferença* São Paulo: Editora 34, 1999.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 7.

## 2. A docência como experiência vivida e construtora da temática

Início este texto por meio da seguinte questão: Porque uma mulher branca e não deficiente faz a opção de estudar a temática proposta? Digo que meu caminho começa, talvez ao contrário, do que muitas pessoas o fazem, ou seja, primeiro tornei-me professora e muito tempo depois tive o privilégio de fazer parte do seleto grupo da pós-graduação de uma universidade pública. O tempo passou, mas sempre mobilizo a minha memória para não esquecer de onde tudo começou. E, nesse sentido, acesso à compreensão de Santos<sup>24</sup> acerca da experiência vivida para colocar-me à disposição da luta porque, conforme o referido autor é preciso “corazonar”, ou seja, se dispor a vivenciar o sofrimento dos outros como se fossem próprios, dessa forma, disponível à luta contra as injustiças, mesmo que para isso, venha-se a correr riscos. “Corazonar significa “acabar com a passividade e fortalecer o inconformismo perante a injustiça, é uma forma amplificada de ser-com, pois faz crescer a reciprocidade e a comunhão”<sup>25</sup>.

Com essa perspectiva, ingressei no magistério público da Rede Estadual de ensino do Rio grande do Sul, em 1994, ainda muito jovem, como professora do Ensino Básico, lecionando por 28 anos a disciplina de Psicologia da Educação para o curso Normal. Nesse espaço de tempo e de lugar pude trazer para dentro da escola o debate sobre as relações étnico-raciais, através da implantação, na época, da Lei 10.639/2003<sup>26</sup>. Tal política educacional é fomentada pela indagação de NASCIMENTO acerca de [...] “onde está a memória africana [...] onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ensinadas nas escolas brasileiras”<sup>27</sup>?

<sup>24</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.154

<sup>26</sup> **LEI Nº 10.639**, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

<sup>27</sup> NASCIMENTO. A. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2018, p. 311.



Sabe-se que o desenvolvimento da sociedade e dos ambientes escolares vem se dando, por meio da percepção que aponta a memória da civilização dos colonizadores, ou seja, a história que se conhece é aquela apresentada sob um viés eurocêntrico, assim, a escola vai trabalhar com o silenciamento da história e da cultura do povo negro. No sentido oposto a esses atravessamentos históricos que excluem, diminuem e inferiorizam outras histórias, reflete-se sobre a diferença que existe entre as pessoas a partir de um determinado pertencimento racial e étnico. [...] “Conhecer a história e a cultura Afro-Brasileira não é pouco, porque esse intento inclui conhecer a história de uma vida, de uma família, de uma cultura, de um povo e de uma nação sobre os quais se silencia”<sup>28</sup>

No ano de 2003, início os estudos no campo das relações étnico- racial<sup>29</sup>. Ao adentrar nesse campo de estudo, pude compreender que a luta antirracista pode ser feita<sup>30</sup>, assim, resultando em um projeto de resistência frente a qualquer forma que diminua, desumanize e que insista em dividir a sociedade pelas suas diferenças. Para tanto, é imperioso ficar-se atentos/as às práticas educativas e pedagógicas, por serem estas, o resultado do trabalho do/a professor/a, experienciado no chão da escola e dentro da sala de aula. Portanto, a experiência vivenciada nas práticas das docências aponta para a necessidade que se efetivem e se desenvolvam [...] “práticas pedagógicas que impliquem diretamente na preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação e, ao mesmo tempo proporcionem novas maneiras de dar aulas”<sup>31</sup>.

A práxis da docência que se defende, constituem-se como práticas libertadoras e humanizadoras<sup>32</sup> porque se direcionam para ações que conduzem a uma prática

<sup>28</sup> GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995, p.(9).

<sup>29</sup> Particpei ativamente do Projeto “Buscando a Superação das Desigualdades”, no período da implantação da Lei 10639/2003 na Escola Instituto Estadual de Educação Assis Brasil., Pelotas. Como resultado desse trabalho, ganhamos o 2º lugar na categoria do Ensino Médio em São Paulo, em 2003, evento realizado pelo CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades<sup>30</sup> Prêmio Educar para a Igualdade Racial.

<sup>30</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

<sup>31</sup> HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 20.

<sup>32</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.  
FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987  
HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

anticolonial e de libertação. Esse movimento pedagógico, no tocante às práticas anticoloniais, certamente vai se dar como ponte para acionar uma voz que seja engajada de forma, não fixa e nem absoluta, e sim, uma voz que mostre e [...] “possibilite estar sempre mudando, em diálogo com um mundo fora dela”<sup>33</sup>.

Nessa perspectiva chego à pós-graduação, primeiramente como aluna do mestrado e hoje como doutoranda. Chego a esse lugar juntamente com a estudante que será sujeito e protagonista do trabalho de tese a ser desenvolvido. Portanto, neste artigo, compreende-se a necessidade da escola, ser uma possibilidade de espaço que se oponha às opressões da supremacia branca, do eurocentrismo, do sexismo, do patriarcalismo, do capacitismo e demais demarcadores sociais que afetam e transitam a vida cotidiana dos ambientes escolares e da sociedade mundial.

De acordo hooks<sup>34</sup>, é na partilha do conhecimento que as parcialidades vão aparecer, sustentando a supremacia branca e distorcendo de forma clara a educação, essa distorção é feita a tal ponto que deixa de ser uma prática de liberdade. A supremacia branca, nesta escrita, vai se constituir como falsas concepções racistas em que o homem branco aparece como ser superior, trazendo para o convívio social um dualismo hierárquico- dividindo, nesse sentido, a humanidade. Segundo Mbembe<sup>35</sup>, a supremacia branca vai ser um desejo que se fundamenta na idéia de inferioridade de grupos minoritários, que objetiva anular forças contrárias ao empreendimento colonial. Essa visão, Quijano<sup>36</sup> chama de colonialidade porque aparece como um elemento histórico e cultural que se origina no colonialismo e vai se perpetuar mesmo após essa experiência.

Dessa forma, a colonialidade vai subalternizar determinados grupos de indivíduos, no caso os negros/as, garantindo a sua exploração e desconsiderando as suas vivências e conhecimentos. Conforme a história sabe-se que na América Latina, a ideia de raça foi uma forma de legitimar as relações de dominação europeia, visto que o padrão do

---

<sup>33</sup> HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p.22.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.

<sup>36</sup> QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

homem europeu era tido como superior e dotado de uma estrutura biológica/racial diferenciada. Esse olhar colonial eurocentrado aparece e perpetua-se no ambiente escolar sob a forma da colonialidade do ser<sup>37</sup>. Esta colonialidade pode ser vista como um fenômeno do mundo moderno colonial, que faz com que se inferiorizem pessoas, logo se apresentando, como forma de prescindir a existência humana<sup>38</sup>.

### 3. A contribuição teórica de Frantz Fanon e Paulo Freire no sentido da descolonização do pensamento e do sentido da práxis

A prática educativa considerada neste trabalho, é contextualizada no âmbito da educação escolar, dessa forma, passa por questionamentos que se fazem a todo tempo no espaço da escola, na sua rotina e no seu cotidiano. Uma questão importante, acerca da convivência escolar, é a de perguntar-nos sobre: nesse lugar, quando a humanização se ausenta e a libertação desaparece, o que surgirá? Mesmo que de forma passageira e muito breve, a resposta a esse questionamento seria a de que as pedagogias, nessa ordem, se movimentam no percurso da exclusão. Nesse sentido, sabe-se que a história colonialista, através de um discurso, que vêm sofrendo modificações, vai aparecer de outros modos e de outras formas, isso, para dar continuidade ao seu projeto colonial, ou seja uma colonialidade como signo de continuidade<sup>39</sup>.

Para compreensão interseccionada, ora proposta, torna-se necessário acionar o pensamento de Frantz Fanon<sup>40</sup> sobre o colonialismo onde a violência assume uma íntima relação com a ideia de raça, justificando-se que a partir daí, “o mundo colonial passa a ser dividido entre os que pertencem ou não a tal raça”<sup>41</sup>. Nesses termos, a ideia de raça para este autor é um elemento fundamental no mundo colonial porque

<sup>37</sup> A “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990. A colonialidade do ser (gênero e sexualidade) (Mignolo, 2003, 2010; Maldonado-Torres, 2007).

<sup>38</sup> RESTREPO, E.; ROJAS, A. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. *Popayán: Universidad del Cauca*, 2010.

<sup>39</sup> QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

<sup>40</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 34

vai dizer como se relaciona com as formas de legitimação das relações de poder na Modernidade. Essa ideia de raça, torna-se o gatilho para compreender-se o racismo, que vai ser conceituado como [...] “a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, da inferiorização de um grupo sobre o outro”<sup>42</sup>. Observa-se que essa ideia transita a todo tempo na análise conceitual e na visão a que se propõe dialogar durante a apresentação deste trabalho.

Ao pensar sobre o colonialismo e suas ações opressivas e de violência, Frantz Omar Fanon<sup>43</sup>, traz em sua abordagem a questão sobre a descolonização das mentes. A descolonização das mentes, como um caminho na desconstrução da visão eurocêntrica e do ideal que está enraizado em nossos discursos e mentes, porque historicamente é essa a definição que vai criar e consolidar a construção de identidades. A escola que se quer como descolonizadora das mentes é aquela que vai estar propondo a libertação da universalização do corpo e da mente abarcando seu entendimento epistemológico, de humanidade e de cultura, já que [...] “a liberdade mental pressupõe repudiar a construção social imposta pela colônia”<sup>44</sup>.

Portanto, a descolonização compreende-se como processo histórico, isto é, não encontrará a sua sustentação se não no movimento historicizante. A descolonização, só poderá se dar através da violência continuamente relacionada a raça. Por isso, que “a descolonização é sempre um fenômeno violento”<sup>45</sup>. Com Fanon<sup>46</sup>, constrói-se um significado acerca do lugar ocupado pela escola em nossa sociedade, e, compreende-se, ainda que tardiamente, a necessidade impreterível de buscar uma educação que se apresente potencialmente enquanto um instrumento de combate à colonização e a dominação de um padrão de conhecimento que historicamente tem contrariado largamente a civilidade humana.

Sob esse enfoque da colonialidade, do opressor e do oprimido, outro autor que nos ajuda a pensar e analisar de outro jeito o mundo e a escola que temos é Paulo Freire<sup>47</sup>,

<sup>42</sup> FANON, Frantz. *Racismo e cultura*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Ed. Lugar da História. Portugal. 2011, p.281.

<sup>43</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>44</sup> FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 1973, p.31.

<sup>45</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

<sup>46</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>47</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

autor brasileiro de excelência, produziu uma proposta educativa ancorada na **práxis** como desconstrutora da injustiça e da opressão. Para esse autor e no tocante ao pensamento escolhido para guiar este texto, a práxis é definida como uma “[...] reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, sendo fonte de conhecimento reflexivo e de criação”<sup>48</sup>.

Freire<sup>49</sup> direciona seu pensamento para uma educação como prática de liberdade dialógica trazendo a possibilidade para que os oprimidos possam superar a dominação e assim, humanizarem-se. O referido autor enfatiza sobre o que se vêm chamando de pedagogia do oprimido; esta “pedagogia vai fazer da opressão e de suas causas, objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, sendo que esta pedagogia se fará e refará”<sup>50</sup>. Com isso resultará então, uma possibilidade do oprimido [...] “aprender a dizer a sua palavra, como interiorização da práxis”<sup>51</sup>.

Em sua extensa obra, Paulo Freire<sup>52</sup> apresenta-nos a pedagogia da liberdade como um caminho viável para a humanização. Neste estudo, as opressões violentas<sup>53</sup>, que resultam da intersecção das categorias de raça, de gênero e de deficiência, podem ser compreendidas sob o olhar freiriano, de modo que os oprimidos poderão revelar o mundo da opressão mas ao mesmo tempo, irão comprometer-se na práxis. Portanto, “transformada essa realidade opressora, a pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”<sup>54</sup>.

Por meio desses autores, nesta escrita, evidenciam-se elementos que apontam a escola como local de conservação da indiferença diante das diferenças, logo, instituindo-se como um lugar que se mantém longe das práxis pedagógicas ditas como

---

<sup>48</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013, p.127.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.10.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>54</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.23.

libertadoras<sup>55</sup>. Assim, sistematicamente se abastecem de uma educação opressora e violenta<sup>56</sup>, distanciando-se da luta revolucionária, proposta por Fanon<sup>57</sup> e da pedagogia da libertação defendida por Freire<sup>58</sup>. As teses dos autores passam pelas práxis de libertação que vão denunciar e contrariar uma educação opressora<sup>59</sup>, bem como ressaltam uma práxis em que a luta política revolucionária compõe-se como o único caminho para superar o colonialismo Fanon<sup>60</sup>.

#### 4. A escola como espaço da (in) diferença através da intersecção entre gênero, deficiência e raça

Portanto, considera-se a possibilidade da presença da mulher negra com deficiência na escola, enquanto justa e de direito, como potência para de modo efetivo esperar rumo à práxis de libertação<sup>61</sup>. Para tanto, é considerável trazer os dados estatísticos que revelam as desigualdades sociais e os marcadores de raça, gênero e deficiência.

De acordo com o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do IBGE, 2018, o analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos superiores à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), também do IBGE, a porcentagem de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5%.

Em outros dados do IBGE, baseados no Censo de 2010, 23,9% da população brasileira tinham algum tipo de deficiência, seja física ou intelectual. De acordo com essa pesquisa, o número de pessoas com deficiência é predominante entre a população não branca, feminina e pobre, sendo que as mulheres negras compõem a parte principal desse grupo. A partir desses dados, dentro da nossa perspectiva de

---

<sup>55</sup> *Ibidem*

<sup>56</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>61</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

estudo, essas pesquisas mostram o fenômeno colonial presente na sociedade brasileira que permanece até os dias de hoje.

Destarte, no que concerne ao processo educacional no Brasil deduz-se que suas manifestações são produzidas de forma excludente e omissa, especialmente na questão étnico-racial brasileira, nas questões de gênero e corroborando com a percepção de um discurso instituído que sistematicamente olha a deficiência pela via do modelo biomédico, destacando potencialmente as incapacidades humanas que resultam da condição da doença ou transtornos.

Nesse alcance, de acordo com França<sup>62</sup>, na visão do Modelo Biomédico, a deficiência será compreendida como um fenômeno do corpo, no qual as limitações funcionais serão os aspectos definidores, ou seja, vai compreendê-la como um fenômeno biológico que [...] “seria a consequência lógica e natural do corpo com lesão, adquirida inicialmente por meio de uma doença, sendo como necessidade desta”<sup>63</sup>. Esse ponto de vista termina evidenciando importantes elementos que podem configurar um Modelo Colonial da Deficiência. Contrapomos absolutamente a essa percepção colonial<sup>64</sup> da deficiência porque esse olhar vai se manifestar através de um corpo que é constantemente oprimido e violentado pelas estigmatizações que o tornam um impeditivo mental, emocional, cognitivo ou físico, logo, a deficiência sob essa condição, vai meramente produzir corpos hegemônicos.

Nesse viés colonizado, o indivíduo é visto pela sociedade a partir de determinada limitação imposta pelo seu diagnóstico clínico, invisibilizando-o enquanto sujeito protagonista de outras tantas histórias e de múltiplas capacidades humanas que podem vir a contribuir na construção de um corpo que ser quer jubiloso<sup>65</sup>. Um corpo jubiloso será resultado das alegrias vividas bem como das consequências de vitórias conquistadas. O “corpo jubiloso é aquele que se regozija com prazer, a festa, o riso, a dança, o canto, o erotismo, tudo em celebração da alegria do corpo”<sup>66</sup>. Com isso,

<sup>62</sup> FRANÇA, Tiago Henrique França. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.17 n.31, jul./dez.2013.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.60.

<sup>64</sup> *Grifo meu*. Diante das teorias que são propostas neste artigo, optou-se por tratar a deficiência humana contrapondo-se à perspectiva colonial- Fanon (1967) e Quijano (2010).

<sup>65</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte:Autêntica,2020

<sup>66</sup> *Ibidem*, p.142.

afasta-se inteiramente a acepção da deficiência concebida como limitadora do bem e bom viver humano de um corpo feminino, com deficiência e negro.

Validando esse olhar, para Palacios e Romañach<sup>67</sup>, a deficiência pode ser percebida como uma diversidade do corpo e como uma diferença subjetiva. Para os autores, as experiências vivenciadas na deficiência vão notabilizar os valores fundamentais da vida e o direito à diferença. A deficiência é uma categoria que vai aparecer igualmente como a de raça e a de gênero, por conseguinte, o que se propõe, é que a deficiência, como marcador social, seja relacionada e interseccionada a outras formas de opressão sucumbidas pelo corpo, no caso das mulheres negras com deficiência, o racismo e o capacitismo que passam a serem processos permeados de subjetividades e adjetivações.

Isto posto, faz-se indeclinável trazer uma análise interseccionada dos marcadores de gênero, de raça e de deficiência porque ao voltar-se para a mulher negra com deficiência entende-se que a sobreposição de diferentes categorias vão produzir e sustentar a subordinação, a exclusão social e escolar bem como a colonização dos corpos dessas mulheres. Nessa acepção, a interseccionalidade [...] “demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, sobre quais condições estruturais: o racismo, o sexismo e as violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras”<sup>68</sup>. Assertivamente, esta autora registra que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento<sup>69</sup>.

A interseccionalidade também pode ser vista como [...] “uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias para a equidade. À vista disso, as mulheres

<sup>67</sup> PALACIOS, A., ROMANACH, J. El Modelo de La Diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzarla plena dignidad em La diversidad funcional. España: *Ediciones Diversitas*, 2006.

<sup>68</sup> CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43(6), 1991, p.54.

<sup>69</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002, p.177..



negras usam a interseccionalidade em resposta a esses desafios”<sup>70</sup>. Para Gonzales<sup>71</sup>, a intersecção de gênero e raça produz lugares para mulheres e homens negros em nossa sociedade, sendo assim, a concepção da deficiência sob o horizonte do marcador de gênero revela-se como sinônimo de desigualdade dentro de uma hierarquia imposta pela dominação masculina. A subalternidade e a marginalização dos corpos negros têm como um dos principais aspectos fundantes e determinantes o racismo. Nesse sentido, denuncia-se [...] “o racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, que passou por um processo de perpetuação e reforço após abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia a determinados interesses”<sup>72</sup>.

Diante do exposto torna-se impreterível que a escola refute a essa visão colonizadora e reducionista e manifeste-se como espaço de [...] “reinvenção das narrativas que formam identidades hegemônicas”<sup>73</sup>. Conforme o autor é de extrema relevância buscar na educação e nas proposições pedagógicas curriculares a visibilidade das vozes excluídas. Encontram-se nesse processo de exclusão interseccionado, os/as estudantes deficientes concebidos/as como “viajantes inesperados”<sup>74</sup>. Em uma perspectiva decolonizadora, nos vimos obrigados/as “a abandonarmos as máscaras atrás das quais habilmente nos escondemos uns dos outros, perseverando a laborar num modelo de escola, quiçá de vida, que reproduz saberes, poderes e valores de dominação”<sup>75</sup>.

Por fim, com as considerações realizadas neste artigo, não se tem a pretensão de esgotar o tema e nem tão pouco fazer parte de uma ingenuidade de que as relações de poder estão socialmente superadas, mas é indispensável que se fique atento/a para as suas “novas” configurações, exigindo desse modo, que se redobre

---

<sup>70</sup> COLLINS, Patricia Hill. Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021, p.17.

<sup>71</sup> GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

<sup>72</sup> GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p.97.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.67.

<sup>74</sup> BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Surdocegueira e Deficiência Múltipla*. Sandra Regina Stanziani Higino Mesquita. Shirley Rodrigues Maia. V.5. Brasília, 2010.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p.57.

ininterruptamente a vigilância e a atenção. Assim, à guisa de uma provisória conclusão, concilio-me com a seguinte provocação teórica: “Chegou a hora de voltar a Fanon; como sempre, acredito, com uma pergunta: de que forma o mundo humano pode viver sua diferença; de que forma um ser humano pode viver outra-mente”?<sup>76</sup>

## 6. Apontamentos finais para outras reflexões

Analisando o debate teórico, cabe destacar alguns aspectos discutidos no decorrer do texto, a partir dos estudos realizados pelos autores escolhidos, assim, verifica-se que a escola ainda tem um longo caminho para construir-se como espaço em que a diferença não seja percebida como desigualdade, tornando-se assim, um lugar educativo que contrarie a memória e a história da civilização sob o olhar do colonizador. Essa visão, segundo apontam os autores, insistentemente e violentamente perpetua-se, transformando a colonização em uma forma de colonialidade<sup>77</sup>. Essa análise, parte da concepção histórica de que a escola e a sociedade estão sustentadas por uma perspectiva hegemônica que acaba normalizando e dando poder para os indivíduos que representam a masculinidade, a hierarquia social, econômica e a supremacia branca.

Nesta escrita, se aposta que a escola pode ser um espaço transformador das relações sociais pautadas em intolerâncias, por isso, violentas<sup>78</sup> e opressoras<sup>79</sup>. Sob esse direcionamento é que se faz a proposta de uma pesquisa acadêmica em que a presença da mulher negra com deficiência na escola possa ser algo fortemente potente para construir outras práxis sociais que possibilitem refazer novos percursos que declinem e afastem àqueles que sustentam a colonização das mentes. Busca-se a revelação de outras tantas práxis de docências, inclusive que sirvam de aporte e pressuposto, para que em um futuro próximo, venham a contribuir na reformulação dos currículos escolares bem como da formação docente.

<sup>76</sup> BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.103.

<sup>77</sup> QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

<sup>78</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

<sup>79</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987

O aspecto central apresentado, juntamente com os/as autores/as, vai ao encontro das teorias que revelam o quanto a sociedade vem mantendo um conjunto de opressões que afetam os indivíduos. Explorando as obras escolhidas, compreendeu-se que a interseccionalidade efetua-se um campo premente como estratégia de análise, definida de acordo com Crenshaw<sup>80</sup>, como um modo de abordar as ações e as políticas que terminam por gerar opressões, resultando em elementos ativos de desempoderamento, tal como pode ajudar a capturar o resultado das estruturas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ao fim, requer-se que a escola se apresente como espaço de anunciação de outras possibilidades de compreensão e de transformação no que diz respeito às atitudes políticas, pedagógicas e epistêmicas que se contrapõem ao machismo, capacitismo e ao racismo.

### Referências

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte:UFMG,2001,2005.

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Surdocegueira e Deficiência Múltipla**. Sandra Regina Stanziani Higino Mesquita. Shirley Rodrigues Maia. V.5. Brasília, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. Bilge, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford LawReview** 43(6), 1991, p. 1241–99.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. "Mappingthemargins:intersectionality, identitypoliticsandviolenceagainstwomnof color". In: Fineman, Martha Albertson&Mykitiuk, Roxanne (orgs.). **The publicnatureofprivateviolence**. Nova York, Routledge, 1994, pp. 93-118.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

---

<sup>80</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, 1º semestre 2002.

DEUS, Lia Maria dos Santos de. **Políticas Públicas em Educação para Mulheres Negras: da prática do falo à construção das falas** / Lia Maria dos Santos de Deus.– 2011.

FRANÇA, Tiago Henrique França. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, jul./dez.2013.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008,1973.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968,2009,2015.

FANON, Frantz. **Racismo e cultura**. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Ed. Lugar da História. Portugal. 2011, p. 273-283.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67-89.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Em foco: Desigualdades raciais na escola. **Educa. Pesqui**, 29(1). Junho de 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012> . Acesso em 27 de setembro de 2021.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. A pedagogia negra e feminista de Bell hooks. In: **Geledes.org.br**, 12-03-2019, s/p. Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-pedagogia-negra-e-feminista-de-bell-hooks/>. Divulgação/ Fundação Rosa Luxemburgo. Acesso em 17/07/2021.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de População e Indicadores Sociais. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, 2018. Informação Demográfica e Socioeconômica, 2018, n.41, p.01.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pessoas com deficiência no Brasil**, 2010. Disponível em: [HTTPS://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html)

**LEI Nº 10.639/03**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Ed. Antígona, Lisboa, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo Esta Luta é de Todos**. Revista Raça Brasil. São Paulo: Símbolo, 2000.

MCLAREN, PETER. **Multiculturalismo Crítico**. 3.ed. S. Paulo. Ed. Cortez, 2000.

NASCIMENTO. A. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2018.

PALACIOS, A. El Modelo Social de Discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: **CERMI**; Ediciones Cinca, 2008.

PALACIOS, A., ROMANACH, J. El Modelo de La Diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzarla plena dignidad em La diversidad funcional. España: **Ediciones Diversitas**, 2006.

PIERUCCI, Antonio Flavio. **Ciladas da diferença** São Paulo: Editora 34, 1999.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. **CLACSO**, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RESTREPO, E. ROJAS. A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Universidad del Cauca, 2010. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/43099.pdf>. Acesso em 18 de Outubro de 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. S. Paulo: Cortez Ed. Epistemologias do Sul, 2010.